

Lira pede solução

inédita para a dívida

O ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, em depoimento prestado ontem, perante a CPI da Câmara que investiga as causas do endividamento externo brasileiro, defendeu uma "solução não convencional" para o refinanciamento da dívida, "mediante uma declaração do governo brasileiro aos governos estrangeiros onde se encontram situados os bancos comerciais credores (predominantemente os governos de países industrializados) de que, durante um período de cinco anos os juros da dívida externa brasileira, nos níveis em que foram negociados, serão pagos em base "accrual" (contabilização nas respectivas contas de empréstimos) e não em base "cash" (mediante a transferência de recursos financeiros).

Segundo a proposta de Lira, "as amortizações serão automaticamente prorrogadas até o final do mesmo prazo. No curso do quarto ano o Brasil definirá as condições em que efetivamente "pagará", mediante a transferência de recursos, a dívida acumulada, inclusive os juros capitalizados, em um período de longo prazo, de 25 a 30 anos".

Lira considerou, em sua proposta, que três tipos de dívida seriam excluídos da nova regra temporária para o pagamento de juros e amortizações: o primeiro tipo seria o dos "trade credits" (créditos comerciais de curto prazo) vinculados ao financiamento de importações e exportações, as dívidas de curto prazo assim não identificadas seriam objeto do novo tratamento.

O segundo tipo seria o das dívidas relativas às operações com o Banco Mundial, pois elas proporcionam o financiamento da transferência de recursos para o país, de vez que o valor dos novos empréstimos recebidos no ano é superior ao serviço da dívida no mesmo período. O terceiro seriam os "bonds" levantados no mercado, pois suas características recomendam um tratamento especial.

Na execução da medida, o Tesouro assumiria, com as exceções indicadas, todas as dívidas contraídas com o exterior, por entidades situadas em território nacional, públicas ou privadas. O ex-presidente do Banco Central considerou que um aspecto crítico de sua proposta diz respeito à reação dos investidores estrangeiros de capital de risco. Por isso recomenda que contatos deveriam ser feitos com os principais investidores diretos dos principais países aplicadores para com eles verificar a possibilidade de indicarem um fluxo de novos investimentos que pelo menos cobrissem uma esperada remessa de dividendos. Acredita Lira que "a própria perspectiva de um crescimento da economia nacional, claramente acima do cenário "mediocre", se bem compreendida pelos interessados numa visão de longo prazo do Brasil, deve favorecer o êxito desses contactos".